



Veto a reajuste no Judiciário está na pauta do Congresso

Parlamentares de oposição querem inverter a ordem de votação para começar a sessão conjunta com tema que tem atraído grande número de servidores às galerias. Governo alega que aumento de até 78,56% vai contra os esforços de equilíbrio fiscal

Entre os 32 vetos presidenciais a serem analisados hoje por senadores e deputados, o veto ao reajuste de servidores do Poder Judiciário tem chamado mais a atenção, com mobilização de servidores no Congresso e divergências entre senadores da oposição e aliados do governo.

Também devem ser votados hoje vetos

integrais e parciais a propostas como a alternativa ao fator previdenciário, valorização das aposentadorias maiores que o salário mínimo, anistia a servidores demitidos e regulamentação da profissão de garçom, entre outros.

As votações deverão ser feitas por meio de “cédula” que permite apuração eletrônica, mas com voto impresso. **3**

PEC permite doação de empresa a campanha 2

Comissão vota projeto da Zona Franca de São Luís 7



Da reunião entre Levy e Renan, também participaram Jucá (E) e Eunício (D)

Em encontro com Renan, Levy defende mudança no PIS-Cofins

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Na saída do encontro, que deu continuidade às discussões sobre a Agenda Brasil, o ministro defendeu alterações

nas regras relativas ao PIS-Cofins. Segundo ele, a mudança simplificará a vida das empresas. Sobre a retomada da CPMF, Levy não quis entrar em detalhes sobre a alíquota que será proposta pelo governo. **3**

Antônio Cruz/ABr



Cade: queda de barreira pode gerar redução de preços e maior oferta de voos

Economista aponta vantagem de capital externo na aviação

Aos especialistas da Comissão do Código Brasileiro de Aeronáutica, Luiz Alberto Esteves, do Conselho Administrativo de Defesa Eco-

nômica (Cade), disse que a abertura do mercado de aviação pode levar à redução de custos das empresas e a mais competitividade. **8**

Debate avalia novas regras de governança para as estatais

A Comissão de Direitos Humanos discute hoje o projeto da Lei Geral das Estatais. O debate terá formato interativo. A proposta, que faz parte da Agenda Brasil e visa aprimorar as regras de governança, fiscalização e controle das empresas públicas, está na ordem do dia do Plenário, mas não há acordo entre as lideranças partidárias para a votação. **7**

Pastores ficam desamparados na velhice, afirma entidade

Uma audiência ontem tratou da situação de missionários que chegam à velhice sem aposentadoria. Segundo o IBGE, 35% desses idosos não contri-

buíram com o INSS e não fazem jus ao benefício. A situação entre os evangélicos é grave, diz entidade de pastores. Senado estudará projeto sobre tema. **6**



Telmário (2º à dir.) estuda propor aposentadoria especial para religiosos



Tôniô Rêgo/ABr

especial
Cidadania

Transporte público é direito constitucional

Emenda promulgada este mês torna o transporte público um direito social. A medida dá apoio à implementação de políticas de mobilidade urbana, mas, para ter efeitos práticos, deve ser regulamentada. **4 e 5**

Manifestação no Rio de Janeiro, em 2013, contra aumento das passagens de ônibus

Para indústria da defesa, crise afeta a segurança do país 8

Reunião analisa Programa Ciência sem Fronteiras 2

Audiência discute casos de agressão a policiais mulheres 6

PEC retoma tema da doação de empresas a campanhas

Senadores favoráveis ao financiamento privado acreditam que proposta de emenda à Constituição em análise no Senado poderia ser uma saída à decisão do STF que definiu a prática como inconstitucional

MESMO COM A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) — que, na quinta-feira, definiu como inconstitucional o financiamento empresarial a campanhas eleitorais e partidos políticos —, os defensores desse tipo de doação ainda esperam reverter a proibição. O caminho seria a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 113/2015, uma minirreforma eleitoral em tramitação no Senado, que agora passa a ser o foco das atenções. O texto é originário da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado em maio.

A interpretação dos senadores que defendem a PEC é de que a decisão do Supremo impede a aprovação de leis liberando as doações de empresas, mas que seria possível garantir os repasses por meio da aprovação de emenda constitucional.

Pelo texto, o sistema de financiamento permaneceria como é hoje: misto, com dinheiro público do Fundo Partidário e do horário eleitoral gratuito, e também doações privadas, de pessoas e empresas. Os partidos ficariam autorizados a receber contribuições (em dinheiro ou bens estimáveis em dinheiro) tanto de pessoas como de empresas. Os candidatos, porém, só poderiam aceitar doações de pessoas. Em qualquer caso, haverá limites máximos de



Presidente da Comissão da Reforma Política, Viana é contra doação empresarial

arrecadação para cada cargo eletivo, definidos em lei.

A proposta está na Comissão da Reforma Política, presidida por Jorge Viana (PT-AC), que assumiu a relatoria da matéria e já se manifestou contrário às doações de empresas. O senador, inclusive, disse em discurso que a decisão do STF é histórica.

Depois de passar pela comissão, a proposta seguirá para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes da deliberação final em Plenário. Para que seja aprovada, uma PEC depende do apoio de três quintos da composição de cada Casa, em dois turnos de votação. No Senado, são necessários os votos de, no mínimo, 49 senadores.

A Câmara já havia concluído a votação de projeto que apro-

va a doação de empresas aos partidos, não aos candidatos. No Senado, a proposta (PLC 75/2015) foi rejeitada neste mês. No entanto, os deputados restabeleceram o texto original, que agora depende da sanção da presidente Dilma Rousseff.

Desequilíbrio

Ao decidir pela inconstitucionalidade das doações, por 8 votos a 3, o STF se pronunciou sobre a ação protocolada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que começou a ser julgada em 2013. A ação questiona dispositivos da Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) e da Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/1995). Para a OAB, a influência do poder econômico desequilibra as disputas eleitorais, afetando o princípio da isonomia.

Vanessa Grazziotin manifesta apoio a decisão do STF

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou decisão do STF que proibiu o financiamento empresarial de campanhas eleitorais. A senadora lembrou que o Senado, em votação apertada, também decidiu proibir a prática. Ela acrescentou que a Câmara foi contrária a esse entendimento do Senado, mas, com a decisão do STF, o assunto fica resolvido.

Para ela, a doação cria um laço entre empresas e candidatos beneficiados com esse dinheiro, o que gera suspeição do mandato do político eleito.

— O pior é que a maior parcela dos recursos usados para campanhas eleitorais são oriundos das empresas a partir de ações ilegais, de ações imorais, de ações de corrupção — disse a senadora.



Foto: Waldemir Boreto/Agência Senado

Ângela Portela vê “recomeço para a política brasileira”

Ângela Portela (PT-RR) destacou ontem a importância da decisão do STF. Na opinião da senadora, o posicionamento do Supremo é fundamental para a moralização das campanhas, por entender que o poder emana do povo, não das empresas.

Segundo a senadora, o financiamento de campanhas é ponto focal de investigações de corrupção como a Operação Lava-Jato e essa prática tem o potencial de corroer as bases da República.

— Trata-se, sem dúvida, de um recomeço para a política brasileira. Uma política que precisa ser menos cara, mais igual. Uma política que precisa ser, acima de tudo, limpa, transparente, que represente o eleitor.



Elmano elogia fim do financiamento privado em eleição

Elmano Férrer (PTB-PI) saudou em Plenário a decisão do STF de considerar ilegal a doação empresarial a campanhas. O senador afirmou que a medida, assim como a Lei da Ficha Limpa, é instrumento fundamental para o aperfeiçoamento do processo eleitoral do país. As duas iniciativas, lembrou, partiram de instituições representativas da sociedade, como a OAB e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB):

— Por meio dessa medida se estabelece o critério da igualdade nas disputas eleitorais.

Ele também informou que os senadores do Maranhão e do Piauí pediram ao ministro dos Transportes um estudo de viabilidade técnica para nova ponte sobre o Rio Parnaíba.



Telmário faz homenagem a educador social

Telmário Mota (PDT-RR) homenageou ontem em Plenário os educadores sociais. Ele defendeu a aprovação do projeto de lei (PLC 58/2015) que institui o Dia do Educador Social em 19 de setembro, data de nascimento do educador Paulo Freire.

O senador também pediu apoio a projeto dele (PLS 328/2015) que regulamenta a profissão de educador social. De acordo com o texto, a profissão pode ser exercida dentro ou fora do espaço escolar tradicional e envolve a promoção dos direitos humanos e da cidadania.

— A atividade do educador e social é duas vezes nobre. É nobre porque é educação e é nobre porque é social.

Cristovam: escola ruim põe em risco futuro da criança

Cristovam Buarque (PDT-DF) responsabilizou o ex-presidente Lula pela situação da educação no Brasil, dizendo que a falta de reformas no setor submete as crianças a uma sobrevivência precária. O senador cobrou escola igual para ricos e pobres e comparou a falta de acesso a educação de qualidade à crise dos refugiados na Europa.

— A escola leva ao futuro. O barco leva da África à Europa. Os barcos estão afundando e as crianças, morrendo. As escolas estão matando intelectualmente nossas crianças, porque não dão a elas o que precisam para o futuro.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Comissão discute formação de recursos humanos em ciência

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) faz hoje, às 9h, a segunda audiência pública para debater a formação de recursos humanos no setor, com foco no Programa Ciência

sem Fronteiras. A iniciativa é de Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside o colegiado.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CCT Ciência sem Fronteiras**
9h Audiência interativa debate formação de recursos humanos em ciência.
- CDH Estatuto das Estatais**
9h “O Estatuto das Estatais: a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas e seu estatuto jurídico” é tema de audiência interativa.
- CMA Reunião deliberativa**
9h30 Na pauta, o PLS 239/2014, sobre a livre comercialização de energia elétrica.
- CAE Pré-sal na educação e saúde**
10h O PLS 280/2013, que destina os recursos da partilha do pré-sal para educação e saúde, é um dos itens em pauta.
- PRESIDÊNCIA Presidente do TCU**
11h Renan Calheiros recebe Robson Andrade, da CNI. Às 12h, recebe o presidente do TCU, Aroldo Cedraz. Às 16h, ordem do dia. Às 19h, sessão do Congresso.
- CMA/CDR Voos na Região Norte**
11h Audiência conjunta debate a oferta de linhas aéreas e a alta do preço das passagens na Região Norte.

- CE Ensino integral**
11h Entre os projetos em pauta, está o PLS 255/2014, que institui a escola de tempo integral no ensino fundamental.
- CMO Colégio de Líderes**
13h30 Reunião do Colégio de Líderes. Às 14h, reunião extraordinária para análise de relatórios ao projeto da LDO de 2016.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Pauta trancada pela MP 681/2015, que amplia limite de desconto em folha para pagamento de cartão de crédito.
- VIOLÊNCIA CONTRA MULHER Debate**
14h A comissão faz audiência interativa sobre violência contra mulheres policiais. Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, é convidada.
- MP 677/2015 Fundo de Energia**
15h A comissão da MP, que autoriza a Chesf a participar do Fundo de Energia do Nordeste, analisa relatório.
- CONGRESSO Sessão conjunta**
19h Sessão para análise de vetos presidenciais e de projetos.

SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa> • **Alô Senado:** 0800 612211
- Acompanhe:** • **Portal e-Cidadania:** senado.leg.br/ecidadania
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado) • **TV:** senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Congresso vota hoje reajuste para o Judiciário e outros 31 vetos

Presidente Dilma Rousseff alega que o aumento “é contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal”. Servidores pretendem comparecer em grande número e parlamentares de oposição querem que esse veto seja o primeiro a ser votado

O CONGRESSO SE reúne hoje às 19h para analisar vetos parciais ou integrais a 32 proposições legislativas. O veto mais polêmico, VET 26/2015, trata do reajuste de até 78,56% para servidores do Judiciário. Parlamentares da oposição devem propor inversão de pauta para que essa seja a primeira votação. Funcionários da Justiça prometem comparecer em grande número à Câmara, onde o Congresso se reunirá.

A presidente Dilma Rousseff alega que o reajuste aumentaria os gastos federais em R\$ 25,7 bilhões nos próximos quatro anos, ultrapassando R\$ 10 bilhões por exercício. Segundo ela, o aumento é “contrário aos esforços necessários para o equilíbrio fiscal na gestão de recursos públicos”. Para derrubar um veto, é necessário que ele seja rejeitado por pelo menos 41 dos 81 senadores e 257 dos 513 deputados.

O líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), argumentou que, por mais justo que seja o reajuste, o país não está em condição de fazer a mudança. Já o líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), defendeu a derrubada do veto e afirmou que o aumento está previsto no orçamento do Poder Judiciário.

— Cada Poder tem seu próprio orçamento e, portanto, não há razão para o Poder Executivo se intrometer na discussão orçamentária de outro Poder. Isso fere o princípio constitucional da harmonia entre os Poderes.

Outro tema polêmico (VET 19/2015) é o veto parcial ao PLV 4/2015, que, entre outras mudanças nas regras da Previdência Social, acabava com o fator previdenciário. Foram vetados os itens que alteravam a aplicação do fator, prevendo a adoção da fórmula 85/95. Assim, as pessoas poderiam se aposentar quando a soma da idade e do tempo de contribuição atingisse 95 anos, se homem, e 85 anos, se mulher.



Senadores e deputados fizeram sessão conjunta no dia 2, mas não houve quórum para votar os vetos

O governo argumenta que a mudança aprovada pelo Congresso não acompanha a transição demográfica brasileira e traz risco ao equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social. A Presidência da República editou a Medida Provisória (MP) 676/2015, com uma proposta alternativa de cálculo.

Aposentadorias

Ao sancionar a Lei 13.152/2015, que prorroga até 2019 a política de valorização do salário mínimo, Dilma vetou a extensão do benefício para todos os aposentados e pensionistas do INSS que ganham acima desse valor. Assim, com o Veto 29/2015, quem recebe benefício acima do mínimo continuará tendo só reposição da inflação. Segundo o Executivo, a vinculação viola a Constituição.

Dilma também vetou totalmente o PLS 82/2012, que trata de anistia a servidores demitidos, e o PLS 28/1991, que regulamenta a profissão de garçom e limita a taxa de serviço a 10%, a serem divididos entre os empregados.

Estão ainda na pauta vetos que tratam do novo Código de Processo

Civil, da regulamentação da fusão de partidos, da Lei Geral das Antenas e da transparência no BNDES, entre outros.

Assim como na última sessão do Congresso para análise de vetos, dia 11 de março, a votação será feita por “cédula” que permite apuração eletrônica. O diretor da Secretaria Legislativa do Congresso, André Sak, explicou que os vetos são discutidos em globo e a votação começa após quatro senadores e seis deputados terem discutido o tema.

— A entrega dos votos não impede que a discussão continue. E assim vai por até duas horas, tempo estimado para entrega e reconhecimento das cédulas.

Após a entrega do voto impresso, os parlamentares podem começar a discutir os destaques. Segundo Sak, a secretaria já recebeu 35 requerimentos de destaque. Como vários são repetidos, a aceitação de todos permitirá, na prática, mais 14 votações em separado.

— Há no destaque encaminhamento por dois deputados e dois senadores. A gente estima que cada votação de destaque dure de 40 a 45 minutos.

Levy diz que governo enviará logo proposta que muda tributos

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, se reuniu ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores Eunício Oliveira (PMDB-CE) e Romero Jucá (PMDB-RR). Ao deixar o encontro, o ministro defendeu alterações nas regras relativas ao PIS-Cofins.

Levy informou que vai enviar brevemente à Câmara as propostas de mudanças, as quais, segundo ele, são muito importantes para simplificar a vida das empresas e dar mais segurança jurídica aos negócios e mais transparência à tributação.

— Essa reforma do PIS-Cofins tem a capacidade de ajudar o crescimento e é particularmente importante para criar um ambiente produtivo — disse.

Levy contou que a reunião com Renan foi para dar continuidade às discussões sobre a Agenda Brasil, conjunto de medidas proposto pelo Senado para permitir a retomada do crescimento econômico do país.

Questionado pelos jornalistas, Levy não quis dar detalhe sobre a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) que o governo deseja implementar.

— Essa é uma decisão do governo e não adianta eu me pronunciar sobre isso — afirmou, recusando-se a dizer se a taxa será de 0,20%, conforme anunciado na semana passada, ou 0,38%, como defendem governadores na esperança de que a arrecadação seja compartilhada entre estados e municípios.

Medida provisória

O texto do Projeto de Lei de Conversão 13/2015, proveniente da Medida Provisória 679/2015, foi lido em Plenário ontem. A matéria tranca a pauta e está na ordem do dia de hoje.

A MP permite o uso de imóveis da União e dá garantia de fornecimento de energia elétrica nos Jogos Olímpicos de 2016. O ofício foi lido pelo senador Elmano Férrer (PTB-PI).

Medeiros defende aumento para servidores da Justiça

José Medeiros (PPS-MT) defendeu ontem a derrubada do veto presidencial ao reajuste



do salário dos servidores do Poder Judiciário e disse que os servidores não podem ser culpados pelas dificuldades enfrentadas pelo país. O senador frisou que garantir o aumento dos servidores não vai quebrar o país, como quer fazer crer a presidente Dilma.

— A lógica do raciocínio não pode ser essa: o governo fazer estripulia, gastar demais, dar subsídio de toda sorte, isenção, desoneração e depois tentar tirar isso do lombo dos dos servidores públicos. Isso é inaceitável — afirmou.

Recriação da CPMF não vai ajudar o país, afirma Alvaro

O aumento de impostos e a recriação da CPMF preocupam a população e não vai ajudar o país,



disse Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo o senador, o brasileiro paga muito imposto, mas recebe poucos benefícios.

— Hoje, ao tomar um cafezinho, o brasileiro paga de 16,5% de impostos sobre o preço do pó do café; 30,6% sobre o açúcar e 37,8% de taxas incidentes no preço da água.

De acordo com Alvaro, em pesquisa do Instituto Brasileiro do Planejamento Tributário que avaliou 30 nações, o Brasil teve a menor taxa de retorno em benefícios nas áreas de saúde, educação e segurança.

Capiberibe reclama dos altos impostos cobrados no Brasil

João Capiberibe (PSB-AP) afirmou que a carga tributária anual no Brasil é alta demais e



que os governantes gastam mal o dinheiro do contribuinte. Comparou a carga tributária do país com as do Reino Unido e do Canadá, dizendo que esses países oferecem melhores serviços públicos e qualidade de vida:

— Educação, saúde e segurança pública são melhores nesses países, mesmo os brasileiros pagando mais impostos que ingleses e canadenses.

O senador também sugeriu que a população fiscalize pela internet o gasto do dinheiro público.

Para Lira, Executivo erra ao elevar a carga tributária

Raimundo Lira (PMDB-PB) protestou contra a elevada carga tributária, afirmando que



nenhum país subdesenvolvido ou emergente chega ao nível de país desenvolvido com a carga muito alta.

Ele disse que os impostos no Brasil representam 36% do PIB, enquanto nos Estados Unidos são 25% e na Índia, 19%.

Após lembrar que em 2016 a Índia assumirá o posto de sétima maior economia do mundo, desbancando o Brasil, Lira disse que aquele país também passou por uma crise, mas seus governantes decidiram não aumentar impostos, o oposto do que ocorre no Brasil.

Aécio apoia atuação de instituições contra corrupção

Aécio Neves (PSDB-MG) destacou ontem um dos fundamentos da sentença do juiz Sergio



Moro de condenação de João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT, a 15 anos de prisão: o de que a corrupção gerou impactos no processo político-democrático, algo mais reprovável do que o desvio de dinheiro público.

— Felizmente nossas instituições estão funcionando na sua inteireza, com independência, altivez e, não poucas vezes, coragem, como vem acontecendo com o Ministério Público Federal, o Tribunal de Contas [da União], o Tribunal Superior Eleitoral, a Polícia Federal.

Transporte como caminho para os demais direitos

Nova emenda constitucional faz do transporte público um direito social, tal como já são consideradas saúde e educação, garantindo mais cidadania e respondendo a uma demanda que deu início às manifestações de rua que surpreenderam o país há dois anos

Guilherme Oliveira

EM JUNHO DE 2013, parte significativa da população brasileira, especialmente jovens de classe média, tomou as ruas das principais cidades do país. Apesar de terem abrigado cada vez mais demandas à medida que se multiplicavam, os protestos tiveram como gatilho um fato específico: o aumento das tarifas de ônibus e a qualidade dos serviços de transporte no Brasil.

Desde então, iniciativas políticas têm tentado abordar esses problemas para corrigir defeitos pontuais ou para tornar o sistema mais eficiente. Um exemplo desse segundo tipo de ação aconteceu dia 15 no Plenário do Senado: o Congresso promulgou a Emenda Constitucional 90, que faz do transporte um direito social. Ela é fruto da PEC 74/2013, da deputada Luiza Erundina (PSB-SP). A nova emenda coloca o transporte na companhia de outros direitos já reconhecidos constitucionalmente como essenciais ao bem-estar social, como educação, saúde, segurança, moradia e previdência.

O relator da PEC no Senado foi Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Para ele, a institucionalização do transporte como direito social é um passo correto porque todos os demais direitos dependem de um bom sistema público de locomoção.

— Como ocorre em toda sociedade industrial, a geografia brasileira se caracteriza pela especialização dos usos do solo. Por isso, sem transporte, não há educação, saúde, trabalho, alimentação ou lazer, salvo aqueles eventualmente

produzidos nas próprias residências e que a sociedade não pode tomar por base — justificou.

A PEC foi aprovada no dia 9. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ao anunciar voto favorável, disse enxergar uma relação inescapável de dependência entre o transporte de qualidade e o usufruto dos demais direitos assegurados pela Constituição. Ela, que é membro da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), citou especificamente o caso da educação. — Às vezes falamos em evasão escolar e pensamos só na escola, não em como as crianças se deslocam das suas casas para ela. O transporte coletivo, hoje, passa a adquirir um papel fundamental na vida das pessoas — afirmou a senadora.

Primeiro passo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, usou argumento semelhante na sessão de promulgação da nova emenda. Para ele, não reconhecer o transporte como uma garantia pode criar uma “bola de neve” de efeitos negativos.

— Transporte ruim leva o brasileiro a passar longos períodos em deslocamento até o trabalho, o que acaba comprometendo a sua própria produtividade. É ruim para o trabalhador, para a empresa e para a sociedade — disse.

Renan também afirmou que não basta a intenção de elevar o transporte à categoria das prioridades sociais — é preciso criar os meios para efetivar essa postura.

— Assegurar o transporte como direito social é um primeiro passo de um longo caminho. Precisamos de políticas públi-



População de Brasília participa, em 2013, dos protestos nacionais que começaram como reivindicações por melhorias no transporte público e contra altas tarifas

cas, de ação governamental efetiva, para garantir um transporte de qualidade a todos os brasileiros.

De fato, a simples inclusão de um tema no artigo 6º da Constituição, que enumera os direitos sociais, não garante que a sociedade ganhe imediatamente mais acesso a ele. O consultor legislativo João Trindade, especialista em direito constitucional, explica que, a partir de agora, será necessária a ação dos parlamentares.

— O efeito imediato é muito pequeno, mas não dá para dizer que é inócuo. Cria um direito fundamental, então cria também a obrigação do legislador de regulamentá-lo, ou seja, vai depender de regulamentação para poder produzir efeitos práticos — explicou.

Em outras palavras, é possível dizer que a nova emenda constitucional cria um “vazio legislativo”, que precisa, agora, ser preenchido. O professor Paulo César Marques, da Universidade de Brasília (UnB), especialista em mobilidade urbana, afirma que esse reconhecimento

aponta numa boa direção.

— Não há alteração imediata, mas dá respaldo para o Estado ser responsável por políticas públicas de abrangência universal — disse.

A norma já abre a possibilidade de que os cidadãos cobrem do poder público a criação dos mecanismos legais que façam jus ao novo status do transporte.

— Provavelmente será cabível que, se o legislador não regulamentar e o Executivo não melhorar as condições, [o cidadão] entre com mandados de injunção para reconhecer a chamada “mora”, a demora para se reconhecer e efetivar um direito — explicou João Trindade.

O mandado de injunção é uma ferramenta jurídica que combate a chamada inconstitucionalidade por omissão, que fica configurada quando um direito constitucional não pode ser exercido por falta de regulamentação adequada. Ou seja, caso não sejam estabelecidas leis prevendo as garantias e as formas de exercício do direito ao transporte, será possível contestar judicialmente essa



Relator da proposta, Aloysio Nunes ressalta que tudo depende de um bom sistema de locomoção

omissão e, assim, exigir do Legislativo que desenvolva essas garantias.

O consultor adverte, porém, que o Judiciário não tem a capacidade de determinar a alocação de recursos para a execução de políticas públicas e que demandas individuais referentes a casos particulares — em oposição a uma ação coletiva, por exemplo — podem não ter força suficiente para prevalecer.

Emenda dá novas forças à implementação da Política Nacional de Mobilidade Urbana

O professor Paulo César Marques lembra que já existe uma boa base legal para concretizar a nova determinação constitucional: a Política Nacional de Mobilidade Urbana, em vigor desde 2012, mas ainda não implementada na totalidade. Ele acredita que o acréscimo do transporte ao rol dos direitos sociais pode ser o “impulso político” que faltava.

— O novo texto talvez estimule o cumprimento da determinação da lei de que municípios com mais de 20 mil habitantes tenham seus planos de mobilidade discutidos e aprovados por toda a população — disse Marques.

O artigo 30 da Constituição atribui aos municípios a tarefa de organizar e prestar os serviços de transporte coletivo, diretamente ou através de concessões e permissões. Como lembrou Renan durante a promulgação da emenda, isso não significa que os estados e a União devam considerar-se isentos de também

investir no setor, prestando assistência às cidades.

Também pode haver esclarecimento em relação à natureza da atividade de transportes, conforme avalia o professor Marques. Isso pode dirimir resistências sobre a formulação de políticas públicas que destinem benefícios e investimentos para o setor.

— Sempre existiu discussão em relação ao que é o sistema de transporte, se é um serviço público ou item de mercado, que consome quem pode pagar. Muitas pessoas condenam subsídios ao transporte, entendem que é uma forma de remunerar empresários com dinheiro público. A forma como a Constituição agora passa a entender quebra um pouco essa lógica.

Marques tece uma comparação com a saúde pública. Quando o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece medicamentos de graça aos pacientes, observa Marques, isso não é apresentado como subsídio a

laboratórios. O mesmo pensamento deve guiar, a partir de agora, a prestação do serviço de transportes.

Opinião semelhante tem Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Na sessão em que o Senado aprovou a nova determinação

constitucional, ele manifestou desgosto com o caráter excessivamente comercial das relações entre os prestadores de serviço de transportes e os usuários.

— O transporte não pode ser prerrogativa de empresas de ônibus que lucram



Com Lídice da Mata e Erundina, Renan promulga a emenda ressaltando responsabilidade de estados e União

Projetos no Senado buscam ampliar melhorias para o setor, incluindo a redução de tarifas

A regulamentação do direito social ao transporte pode ficar ainda mais completa com algumas propostas que tramitam no Congresso. Elas estabelecem diretrizes para o setor que tornariam mais acessível e mais efetivo o novo direito constitucional.

O projeto que tem tramitação mais avançada é o PLC 310/2009, que se originou na Câmara e já foi aprovado pelas duas Casas. Lindbergh Farias (PT-RJ), relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), criou um substitutivo, que foi remetido à Câmara em 2013. É lá que se encontra a proposta hoje.

O PLC 310 cria o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup). Trata-se de um sistema de redução de tarifas em troca de desonerações tributárias para as empresas prestadoras de serviços de transporte público. A União, que já promoveu por medidas provisórias e decreto algumas das providências previstas, ampliará esses benefícios. Estados e municípios poderão aderir ao Reitup, desde que desonerem as empresas de impostos de sua competência, como o ICMS e o ISS.

“A redução das tarifas ao usuário final beneficiará, principalmente, a população de baixa renda, marginalizada, que depende mais acuradamente dos meios de transporte coletivos”, observa Lindbergh no relatório.

Para a União, o projeto atribui medidas como a redução a zero do PIS-Pasep e da Cofins na aquisição de óleo diesel para ônibus, de energia elétrica para operação de metrô e de veículos, chassis, carrocerias e pneus. Os estados e municípios se comprometeriam a fazer licitações para conceder os serviços, implantar regime de bilhete único, instalar conselhos de transporte com a participação da sociedade civil e elaborar laudos demonstrando o impacto dos incentivos concedidos e determinando os valores máximos das tarifas.

Além dos benefícios tributários, o projeto propõe desconto mínimo de 75% nas tarifas de energia elétrica consumida pelos metrô, trens metropolitanos e trólebus. A redução da receita das concessionárias de energia elétrica será compensada pela União. O substitutivo incorpora medidas de outro projeto da Câmara: o PLC 50/2013, que torna obrigatória a divulgação das planilhas que embasam reajustes e revisões de tarifa de transporte público coletivo.

A Política Nacional de Mobilidade



Lindbergh defende a criação de um regime especial de incentivos para o transporte urbano

Urbana já estabelece a transparência da estrutura tarifária e a publicidade das revisões de tarifas, mas não determina como isso deve ser alcançado. O PLC 50 dá esses meios. Para o relator do projeto no Senado, Randolfe Rodrigues, essas possibilidades terão o mérito de conscientizar a população sobre os custos e o funcionamento do sistema.

— A sociedade poderá discutir em melhores bases as implicações tarifárias das melhorias no serviço e das demandas das categorias que trabalham no sistema. Essa transparência poderá equalizar de maneira mais justa, ou pelo menos mais transparente, os custos e benefícios dos sistemas de transporte.

Assim como no caso do PLC 310, a isenção tributária é o foco do PLS 268/2012, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que ainda está sendo analisado pela CAE. O objetivo da isenção, neste caso, é a qualidade da frota à disposição da população.

“O que mais se observa no Brasil é um serviço que se encontra muito aquém do que merece o povo. Entre as principais mazelas, encontramos a idade média da frota utilizada, que acarreta uma miríade de problemas, como quebra em serviço, maior nível de ruído, menor padrão de conforto, entre muitos outros”, explica o senador ao justificar o projeto.

Para facilitar e estimular a renovação da frota, a proposição isenta do PIS-Pasep e da Cofins os automóveis para transporte de dez pessoas ou mais (incluindo o motorista). Entretanto, a isenção será anulada nos casos em que os veículos beneficiados forem revendidos com menos de cinco anos de aquisição, não forem utilizados para o transporte coletivo de passageiros ou forem descaracterizados. Os valores não pagos terão que ser devolvidos com seus eventuais acréscimos legais.

Argumentando que o benefício aos estudantes é uma medida que pode ser entendida como investimento em educação, o presidente do Senado sugere que a gratuidade seja custeada com recursos provenientes de royalties do petróleo.

Texto prevê unificação nacional do passe livre para estudantes

Quando se trata de transporte público, a reivindicação mais difundida — e que motivou os protestos de 2013 — é o passe livre estudantil. O PLS 248/2013, de Renan Calheiros (PMDB-AL), garante isso. Ele foi apresentado no final de junho de 2013, poucos dias após as manifestações de maior repercussão daquele ano, e atende o principal pedido dos jovens que foram às ruas.

Hoje muitos estados e municípios adotam cobranças diferenciadas para estudantes, como descontos nas passagens ou cartões recarregáveis. O projeto unificará o sistema e implantará a gratuidade em definitivo. Para ter direito ao benefício, o estudante deverá estar matriculado e com frequência comprovada. A gestão do programa estará a cargo do Executivo federal, que receberá das prefeituras informações sobre os valores referentes ao serviço.

O debate do passe livre pode adquirir nova face com o reconhecimento do transporte como direito social, analisa o professor Marques.

— Elevar a mobilidade a um direito social traz a discussão para outro patamar. Não há garantia automática, mas ganha impulso e agora há respaldo da Constituição para políticas que desonerem o usuário.

Ao discursar na sessão de promulgação da Emenda Constitucional 90, Renan reconheceu a dificuldade de adotar o passe livre, medida que expandiria os gastos públicos num momento de crise econômica e desajuste fiscal. Mas ele ressalta a urgência de abordar a qualidade dos serviços públicos.

— Sabemos da gravidade da atual situação fiscal, o que torna a oferta desses serviços um enorme desafio. A renúncia de direitos, no entanto, não pode ser a resposta fácil. Temos consciência do que isso representa para um país que ainda não superou gargalos fundamentais na oferta de serviços e na eliminação de desigualdade — afirmou o senador.

Argumentando que o benefício aos estudantes é uma medida que pode ser entendida como investimento em educação, o presidente do Senado sugere que a gratuidade seja custeada com recursos provenientes de royalties do petróleo.

Saiba mais

Emenda Constitucional 90
<http://bit.ly/Emenda90>

PLC 310/2009
<http://bit.ly/Projeto310>

PLC 50/2013
<http://bit.ly/Projeto50>

PLS 248/2013
<http://bit.ly/Projeto248>

PLS 268/2012
<http://bit.ly/Projeto268>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/especialcidadania



A baixa qualidade do serviço de metrô no Rio de Janeiro espelha problemas do transporte em todo o país

Audiência foi proposta por Telmário, que rerepresentará projeto que regulamenta atividade de missionário. Muitos religiosos não contribuem com INSS e, por isso, não recebem benefício quando param de trabalhar



Telmário Mota conduz a audiência pública: senador deve incluir em seu projeto aposentadoria especial para religiosos

35% dos missionários idosos não recebem aposentadoria

A NECESSIDADE DE proteção previdenciária para missionários religiosos foi discutida ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). Telmário Mota (PDT-RR) havia apresentado um projeto para regulamentar a atividade, incluindo a aposentadoria, mas retirou-o para fazer alterações. Segundo ele, o trabalho social prestado pelos trabalhadores da fé precisa ser reconhecido e protegido pelo Estado — com uma aposentadoria especial. A audiência buscou coletar informações para o projeto.

— Vamos montar um grupo de trabalho, para não deixar que as sugestões fiquem no vazio — disse o senador.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2013, há 120 mil ministros em atividade. Metade contribui com a Previdência. O total de ministros religiosos que não têm capacidade contributiva, que recebem menos de um salário mínimo, é de pouco mais de 16 mil. Acima de 60 anos, são 21,6 mil ministros, dos quais 14 mil são beneficiários do INSS (65%).

Fazer com que todos os idosos sejam protegidos pela Previdência é o desafio, disse o diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência, Emanuel Dantas.

Ele explicou que os ministros de confissão religiosa são equiparados, no INSS, aos trabalhadores autônomos. Eles devem ser filiados à Previdência Social, já que realizam uma atividade remunerada, mas fica dispensada a contribuição patronal de 20% sobre o salário.

A filiação pode ser de duas formas: pelo plano tradicional,

pagando 20% sobre qualquer valor que varie entre o salário mínimo (R\$ 788) e o teto dos benefícios pagos pela Previdência (R\$ 4,6 mil); ou como contribuinte individual, pagando 11% sobre o salário mínimo e tendo como benefício esse montante quando alcançar a idade mínima (60 anos para mulheres e 65 para homens).

“Pastor ignora que deve contribuir”

A falta de informação sobre as obrigações previdenciárias, especialmente por parte dos pastores de pequenas igrejas, foi apontada pelas lideranças evangélicas como o principal empecilho.

— O pastor não sabe que pode contribuir — disse Josimar da Silva, presidente do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal.

O presidente da Associação de Missões Transculturais do Brasil, Cassiano Batista da Luz, acusou a imprensa de só dar destaque ao “estereótipo” do pastor que demonstra riqueza. Muitos não têm condições para se tornarem segurados do INSS, disse.

No debate, ficou claro que a situação dos pastores evangélicos é mais preocupante,

já que a Igreja Católica, por meio de suas dioceses, tem mais organizadas as contribuições à Previdência Social.

— Isso garante a padres, freiras e bispos cidadania e uma velhice tranquila, conforme as regras do INSS — afirmou dom Leonardo Steiner, secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Além da aposentadoria, salientou dom Leonardo, a Igreja criou um fundo chamado auxílio fraterno para ajudar em intervenções cirúrgicas ou na contratação de acompanhantes de idosos aos religiosos que trabalharam em obras sociais, mas as exerceram “de maneira pobre”, sem se preocupar com benefícios previdenciários ou plano de saúde.

Contribuição sindical para servidores será analisada hoje

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne hoje, às 10h. Na pauta, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 124/2014, que isenta os servidores públicos de contribuição sindical.

A proposta, do ex-senador Alfredo Nascimento, abrange os trabalhadores com



vínculo estatutário com União, estados, municípios e Distrito Federal. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA, foto), lembra que não há atualmente lei que determine o

pagamento e o assunto tem chegado ao Judiciário, que já se manifestou a favor do pagamento.

Comissão debate violência contra policiais mulheres

A Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher debate hoje, em audiência pública interativa, a violência contra policiais do sexo feminino. Eleonora Menicucci, secretária de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, é uma das

convidadas. A criação do colegiado foi proposta pela CPI Mista da Violência contra a Mulher, que investigou até 2012 as agressões diretamente relacionadas ao gênero feminino.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Telmário elogia pesquisa sobre os benefícios da atividade física

Telmário Mota (PDT-RR) elogiou pesquisa feita pelo Ministério do Esporte, intitulada *Diagnóstico Nacional do Esporte*, que mostra que a prática regular de atividade física é importante para que o ser humano tenha boa saúde.

A pesquisa adota a referência da Organização Mundial da Saúde, que considera não sedentária uma pessoa que

pratique atividade física por pelo menos por 30 minutos, três vezes por semana.

— Trata-se de um importante trabalho do governo da presidente Dilma, que merece nosso aplauso, pois resultará em ações consistentes de prática desportiva com atividades que retiram jovens das ruas e dos vícios — disse o senador.

Paim celebra Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) lembrou em Plenário o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado ontem. Ele é autor da lei que criou a data comemorativa.

O senador explicou que 21 de setembro foi escolhido porque marca a chegada da primavera, da esperança, e que “a natureza sabe respeitar



as diferenças”.

— Sei que fizemos muito, mas há muito o que fazer ainda, assegurando às pessoas com deficiência direitos para que mostrem

toda a sua capacidade. Vamos fazer com que o estatuto chegue ao mundo do trabalho, às instituições e à sociedade civil. Vamos construir as cidades com acessibilidade.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Lei das Estatais será discutida em audiência

Integrante da Agenda Brasil, projeto elaborado por grupo de senadores e deputados, sem acordo para votação em Plenário, terá novo debate na Comissão de Direitos Humanos

AGENDA BRASIL

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz audiência pública interativa hoje sobre o projeto de Lei Geral das Estatais, que aprimora regras de governança, fiscalização e controle dessas empresas (PLS 555/2015). Integrante da Agenda Brasil, que reúne medidas de incentivo à retomada do crescimento econômico do país, o projeto foi debatido anteriormente na comissão mista encarregada de sua elaboração. Embora esteja na pauta do Plenário de hoje, não há acordo entre as lideranças partidárias para a votação.

Foram convidados para a audiência representantes dos trabalhadores nos Conselhos de Administração da Petrobras, Banco do Brasil, BNDES e Correios; do Ministério do Planejamento, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, da Central Sindical e Popular, da Central dos Sindicatos Brasileiros, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil, da Nova Central Sindical dos Trabalhadores e da Força Sindical.

As normas previstas no projeto serão aplicadas a toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios,

inclusive as que exploram atividade econômica em sentido estrito, as que prestam serviços públicos e as que exploram atividade econômica sujeita ao regime de monopólio da União.

Membros de conselhos

De acordo com a proposta, os conselhos de administração das estatais deverão contar com a presença mínima de 20% de membros independentes e seus integrantes serão impedidos de manter relações sindicais, partidárias ou de parentesco com pessoas no comando do Poder Executivo ou da própria empresa. Essa regra e o percentual mínimo de 20% de membros independentes também prevalecerão para os comitês de auditoria, de indicação e de avaliação.

A proposição incorpora propostas que já se encontravam em tramitação na Casa, como o substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 167/2015, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que preside a comissão; o PLS 343/2015, de Aécio Neves (PSDB-MG); e o anteprojeto apresentado pelos presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, e do Senado, Renan Calheiros, quando do lançamento da comissão mista. De autoria do deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA), o relatório preliminar do projeto foi aprovado em 19 de agosto no colegiado.



Dirigida por Tasso, comissão elaborou regras para fiscalizar empresas como a Petrobras

O projeto incorpora também sugestões apresentadas em audiências públicas, da qual participaram representantes da Comissão de Valores Mobiliários, do Tribunal de

Contas da União (TCU), da BM&F Bovespa, do Banco do Brasil, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, da Associação de Investidores no Mercado de Capitais e da

Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outras instituições.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Paulo Paim vai relatar PLC da Terceirização

Em audiência pública sobre a terceirização na Assembleia Legislativa da Bahia na sexta-feira, Otto Alencar (PSD-BA), presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, anunciou que vai dar a relatoria do PLC da Terceirização a Paulo Paim (PT-RS). Otto anunciou já ter conversado com o relator-geral do colegiado, Blairo Maggi (PR-MT).

O presidente da comissão afirmou ter sido contra o projeto da terceirização desde a votação na Câmara dos Deputados.

— Se der para melhorar que melhore, mas se não que seja rejeitado da forma como está. Li o projeto e do jeito que vem da Câmara dos Deputados, não aceito e vou rejeitar, já que pode piorar o ganho dos trabalhadores brasileiros e ainda

enfraquecer a representação trabalhista e os sindicatos — disse Otto.

Paim elogiou a disposição dos senadores da bancada da Bahia (Walter Pinheiro e Lídice da Mata, além de Otto) em rejeitar o PLC.

— Vou estar lá todo dia, me indiquem para a comissão ou não. Agradeço a compreensão dos senadores Otto e Blairo pela minha indicação — afirmou.

Comissão do Pacto Federativo analisará zona franca no MA



Com mais da metade da população na linha da pobreza, conforme o *Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil*, o Maranhão é alvo de projeto (PLS 319/2015) que a Comissão Especial do Pacto Federativo vota amanhã. O colegiado vai decidir se aprova iniciativa de Roberto Rocha (PSB-MA) que cria a Zona Franca de São Luís, incentivando a produção de bens destinados ao exterior.

— Minha proposta é que São Luís, dada sua localização, seu porto classificado como o segundo melhor do mundo, próximo ao mercado asiático, pelo Canal do Panamá, e acessível aos mercados europeu, americano e africano, ajude a tirar o Maranhão da situação de estado mais pobre do Brasil — afirmou o autor do projeto à Agência Senado.

O senador explica que, enquanto a Zona Franca de Manaus apresenta um modelo de produção voltado para a



Presidido por Walter Pinheiro, colegiado deve votar texto de Roberto Rocha que destaca localização do Porto de São Luís

substituição de importações, com o mercado brasileiro como principal destino, a de São Luís teria o mercado externo como destino dos produtos.

Na eventualidade de uma venda ao mercado interno, a transação seria tratada como importação. Dessa forma, afirma Roberto Rocha, a produção a ser realizada na Zona Franca de São Luís não representaria qualquer tipo de concorrência

às indústrias localizadas na Zona Franca de Manaus ou em outro lugar do Brasil.

Mais emprego e renda

Na avaliação dele, além do estímulo à produção para exportação, gerando empregos e renda, esse investimento permitiria a redução, em até uma semana, no tempo de viagem para aqueles mercados, se comparado aos principais



portos do Sudeste do Brasil.

Relator da matéria na Comissão do Pacto Federativo, Walter Pinheiro (PT-BA) se manifesta favorável à iniciativa, alegando que as regras do Mercosul não impedem o Congresso de criar novas zonas francas no Brasil. O senador considera a iniciativa um instrumento de desenvolvimento econômico, capaz de contribuir para a redução das

acentuadas desigualdades entre as regiões do Brasil.

— A iniciativa é coerente com as potencialidades da área onde seria instalada a zona franca e vai ao encontro do desafio de agregar valor à produção regional, contribuindo para melhorar a competitividade da economia maranhense nos mercados interno e internacional — disse.

Para Pinheiro, o isolamento do território de instalação da zona franca facilitará o controle aduaneiro, sendo inegável que o calado d'água é adequado a navios de grande porte.

O senador adapta o texto à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 100/2000), determinando que o Executivo estimará o montante da renúncia tributária decorrente da conversão do projeto em lei e incluirá a cifra no projeto de lei orçamentária anual. Além disso, ele estabelece que a isenção só produzirá efeito a partir do primeiro dia do exercício financeiro posterior ao cumprimento das exigências da LRF.

Cade defende abertura de mercado de aviação

Economista-chefe do órgão acredita que um possível aumento da participação de capital externo poderá trazer mais competitividade e reduzir os valores das passagens

A ABERTURA DA aviação nacional ao capital estrangeiro poderá trazer efeitos benéficos para o mercado, estabelecendo condições para a redução de custos das empresas e uma concorrência mais sadia. A avaliação foi feita pelo economista-chefe do Departamento de Estudos Econômicos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Luiz Alberto Esteves. Ele foi convidado de audiência da comissão de especialistas que prepara anteprojeto da reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Um dos pontos em análise é a retirada total de barreiras ao capital externo nas companhias nacionais ou, alternativamente, a ampliação do limite atual de participação, fixado em até 20% no CBA.

— A abertura para o capital estrangeiro gera queda da barreira e, em consequência, potencial aumento da competitividade. Claro, o que os consumidores esperam é a redução de preços e, potencialmente, o aumento de oferta de voos — afirmou.

O palestrante admitiu, contudo, que a abertura pode trazer efeitos colaterais indesejados, como a disputa de mercado por meio da prática de preços predatórios, com implicações sobre a qualidade e a segurança dos serviços. Segundo ele, isso pode ocorrer num primeiro

momento, mas depois há uma tendência de acomodação, com a saída de algumas das novas empresas, como ocorreu nos Estados Unidos e no Canadá. Na prática, segundo ele, os estudos sobre efeitos da desregulação da entrada mostram que prevalece uma variação maior das tarifas, sobretudo por conta da diversificação dos serviços. As médias tarifárias tendem a diminuir, mas os benefícios pecuniários não são para todas as classes de consumidores. Mesmo assim, assinalou que isso não reduz o bem-estar dos passageiros.

Esteves chamou a atenção para o fato de que, em mercado com barreiras à entrada, as empresas que já estão operando podem enfrentar “custos de saída”. Isso significa que, se desejarem se desfazer dos ativos, por interesse estratégico ou porque enfrentam alguma dificuldade, vão se deparar com uma lista menor de potenciais compradores.

Com menor número de interessados, em decorrência de critério ou em razão de restrições para evitar concentração no mercado (formação de trustes), cai o poder de barganha do vendedor, segundo ele. Desse modo, a venda será por preço provavelmente menor do que numa situação com mais *players* (outras empresas) com disponibilidade de compra.



Luiz Alberto Esteves (E), do Cade, fala à Comissão de Especialistas de Reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica

— O problema é que esse custo de saída vai compor os preços dos produtos e serviços, em compensação para o custo afundado, que é o custo assumido quando se faz um investimento grande e depois não se consegue recuperar.

No mercado aéreo nacional, disse, há uma tendência de aumento de “casos complexos” envolvendo acordos de compartilhamento de voos (*code share*). Pela regulamentação vigente, acordos associativos de até dois anos nem precisariam passar pelo Cade. Porém, explicou, as análises estão sendo necessárias por conta de outra exigência: a soma de participações no mercado das empresas resulta em fatia igual ou superior a 20%.

Conselho não considera preços similares como prática de cartel

O economista do Cade registrou que, desde 2013, tem crescido no órgão o número de reclamações sobre aumento de preços de passagens, mas os casos têm sido arquivados por insuficiência de provas que indiquem cartel das companhias aéreas.

— A situação evidencia muito mais paralelismo de preços, em que empresas praticam preços similares sem coordenação ou comunicação prévia. Isso porque, no mercado de passagens aéreas, a estrutura de custos é muito parecida, sobretudo combustível e mão de obra. Também porque os

preços das passagens estão disponíveis nos sites e, assim, os concorrentes podem acompanhar um aos outros, verificar as oscilações e reagir imediatamente. É diferente de uma atuação em cartel, que teria acordo e tabela de preços — destacou.

Entre os membros da comissão que elabora o anteprojeto, permanecem as divergências. Alguns entendem que há interesse estratégico nacional em manter a barreira à entrada do capital estrangeiro. Outros defendem que a abertura garantirá um mercado mais saudável e competitivo.

Tarifa de passagens de avião para o Norte será tema de debate hoje

A oferta de linhas aéreas e o alto preço das passagens de avião na Região Norte estarão em debate hoje, às 11h, em audiência pública conjunta promovida pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha,

deve participar da reunião.

Temas como o mercado da aviação civil e a construção e o licenciamento de aeroportos regionais também serão debatidos. Os participantes vão discutir se existem impedimentos para novas companhias aéreas ofertarem voos para o Norte.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Aéreas do Mercosul podem passar a ter voo nacional

Walter Pinheiro (PT-BA) apresentou proposta para permitir que empresas do Mercosul possam operar voos domésticos no Brasil. O objetivo é ampliar a concorrência, melhorar a oferta de voos e reduzir o preço das passagens.

O Código Brasileiro de Aeronáutica restringe o transporte aéreo de passageiros dentro do país a empresas nacionais. Para Pinheiro, esse modelo levou ao controle do mercado

por duas empresas aéreas e a preços proibitivos das passagens na maioria dos trechos.

O crescimento da oferta de voos domésticos, disse, não acompanhou o aumento da demanda. Segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), a demanda cresceu 5,6% no primeiro trimestre de 2015 e a oferta subiu 4%.

A abertura do mercado a empresas do Mercosul, afirmou Pinheiro, contribuirá

para a modernizar o transporte aéreo brasileiro e melhorar os serviços. O senador recorre ao princípio da reciprocidade para apostar na possibilidade de empresas brasileiras também atuarem no mercado doméstico dos países do bloco.

A proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e deve ser debatida também pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Senadores e Fiesp discutem crise e defesa nacional

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reuniu-se na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para discutir a situação da indústria da defesa. No primeiro ciclo de debates sobre defesa nacional, a CRE foi alertada sobre o impacto da crise econômica no setor. O relator dos debates, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que representantes da cadeia produtiva identificaram um conjunto de projetos estratégicos, relacionados sobretudo

a grande transferência de tecnologia, que correm risco de descontinuidade caso as verbas sejam suspensas.

— Os cronogramas estão atrasados e o governo está inadimplente com um grande conjunto de empresas — disse.

Segundo Jorge Viana (PT-AC), “haverá esforço para manter os investimentos em programas como o de proteção dos mares — que lida com o submarino nuclear — e o de produção dos aviões de carga, o KC-390, e helicópteros”.

Também foram citados como prioritários investimentos em comunicação, como construção e lançamento de satélites, e o Sisfron, que monitora as fronteiras. Para Ana Amélia (PP-RS), cada vez que se para um projeto dessa relevância, há impacto sobre toda a cadeia produtiva.

— E dispensa de uma mão de obra extremamente qualificada. Ao retomar, depois de uma crise, tem que começar do zero — alertou.

(Da Rádio Senado)

Raupp destaca que Rondônia tem sofrido com apagões frequentes

Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção para as ocorrências de falta de energia elétrica em Rondônia, lembrando que nos últimos 40 dias houve seis apagões que atingiram o estado e o Acre.

O Ministério Público, disse, já investiga os motivos dos apagões, mas, para o senador, a imprensa tem divulgado informações “desencontradas”.

Raupp alertou para a revolta da população, que, afirmou, pode tomar as ruas de Ron-



Valdir Raupp/Agência Senado

dônia se não houver solução para os apagões nos próximos dias. Porém, expressou confiança nas providências tomadas pelo Ministério de Minas e

Energia e pelas operadoras de eletricidade para que a situação não volte a ocorrer.

— É um problema técnico, de subestações, de interligação. São problemas menores e, com empenho dos técnicos da Eletrobras e da Eletronorte, a situação será resolvida.